

Fil.

Professor: Gui de Franco
Monitor: Debora Andrade



Este conteúdo pertence ao Descomplica. Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito. Todos os direitos reservados.

RESUMO

Os iluministas: Montesquieu, Voltaire e Rousseau

O iluminismo foi um importante fenômeno cultural, político e filosófico que nos remete, inicialmente, à Revolução Científica ocorrida no século XVII. Esse período marcou uma grande emancipação da ciência, sua estruturação a partir de metodologias rigorosas, baseadas na experimentação e na construção racional de hipóteses. No entanto, o iluminismo surge propriamente no século XVIII, o considerado século das Luzes, se espalhando por toda a Europa e levando à frente os ideais de liberdade e da razão.

Para os pensadores iluministas, apenas através da razão, aliada ao conhecimento científico, poderíamos alcançar progresso no conhecimento. Assim é possível compreender o esforço de pensadores como Denis Diderot (1713-84), Voltaire (1694-1778), Jean- Jacques Rousseau (1712-78), Montesquieu (1689-1755), apenas para citar os mais notáveis. Na sequência abordaremos aspectos gerais da filosofia de Montesquieu, Voltaire e Rousseau.

Montesquieu (1689 – 1755), filósofo francês e filho de nobres, crítico feroz da monarquia absolutista e do clero, escreveu um importante livro para a Política denominado **“O espírito das leis”**. Nesta obra ele trata das leis e das instituições a partir de um vasto estudo sobre as legislações existentes em diversos lugares do mundo e em diferentes momentos do tempo. Ele desenvolveu uma teoria de governo em que, seguindo as ideias do constitucionalismo, a autoridade é conferida por meios legais, o que seria fundamental para impedir decisões políticas violentas e arbitrárias.

Deve-se a Montesquieu a ideia da separação e da harmonia dos poderes, o que hoje é ainda vigente nas democracias contemporâneas. Ele parte da ideia de que apenas o poder pode frear o poder e, portanto, é necessário que cada um dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) permaneça autônomo, não podendo ser constituído pelas mesmas pessoas. É importante notar que o artigo 16 da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão, de 1789, que afirma que “Toda sociedade em que não for assegurada a garantia dos direitos e determinada a separação dos poderes não tem Constituição”*.

No entanto, é notável o fato de que a separação dos poderes, pela qual o filósofo francês é mais conhecido, não é tão clara quanto pode parecer se **levamos a sério o conjunto da sua principal obra, “O espírito das leis”**. Há passagens que sugerem que a separação que ele propunha não era tão rígida assim. A questão principal era haver um equilíbrio, uma harmonia, entre esses poderes.

Voltaire (1694-1778) foi um escritor e filósofo humanista francês cujo trabalho influenciou diretamente nas Revoluções francesa e americana. Grande defensor das liberdades civis, incluindo liberdade religiosa e livre-comércio, ele era um crítico ferrenho da religião e das relações que ela estabelecia com o Estado. Produziu por volta de setenta obras, a maioria delas em forma literária, tendo como seus maiores alvos as instituições francesas de sua época e a Igreja Católica. Suas principais obras foram **“Cândido ou o Otimismo”, “Tratado de Metafísica”, “Dicionário Filosófico”, “Cartas Inglesas”, entre outras**.

Criticou, igualmente, os privilégios do clero e da nobreza. Ele era um verdadeiro polemista, lutando contra todas as atitudes fundadas na crença e na superstição. Um monarca, para governar, não deveria exercer um poder arbitrário, mas sim se conformar à razão, assim poderia guiar seu povo a felicidade, o que **nos remete a ideia do “déspota esclarecido”**. Voltaire satiriza o filósofo Leibniz e sua teoria que o nosso é o melhor dos mundos possíveis, se mostrando totalmente contrário a essa teoria filosófica, sobretudo em seu famoso conto **“Cândido ou o Otimismo”**.

Jean-Jacques Rousseau foi o mais importante filósofo iluminista a se dedicar a política. Seus textos sobre a origem e os limites do poder do Estado tiveram enorme repercussão não apenas nos debates filosóficos, mas em toda a sociedade europeia do século XVIII, tendo grande influência, por exemplo, na Revolução Francesa. Tal como Locke e Hobbes, Rousseau era um contratualista. Chegou ele, porém, a conclusões totalmente diferentes dos dois pensadores ingleses. Ao analisar qual seria a condição do homem no estado de natureza, sem qualquer tipo de laço político, totalmente livre e independente, Rousseau não concluiu que esse estado seria de guerra de todos contra todos como pensava Hobbes, tampouco que seria guiado por uma lei natural da razão, de acordo com o que imaginava Locke. Rousseau, na verdade, pensava que o Estado de Natureza seria um estado de absoluta paz e tranquilidade, mesmo sem qualquer lei, política ou racional, que o regulasse.

Para o filósofo iluminista, o homem é naturalmente bom; a sociedade é que o corrompe. Segundo Rousseau, sem a intervenção das normas sociais, o homem se comportaria como um animal, guiando-se não pela sua razão, mas sim por instintos (**é a chamada “teoria do bom selvagem”**). Como, para o filósofo, os instintos mais básicos do homem são o amor de si (interesse pelo próprio bem estar e conservação) e a piedade (repugnância natural pela morte ou sofrimento de qualquer ser sensível, em especial os semelhantes), então o Estado de Natureza seria, a princípio, totalmente pacífico, pois os homens jamais entrariam em confronto gratuitamente.

Por que, então, surgiu o Estado político? Bem, os problemas no Estado de Natureza se iniciaram quando surgiu a propriedade privada. Inicialmente considerada como um modo de cada um manter sua sobrevivência, a propriedade acabou por introduzir a desigualdade social, opondo ricos e pobres e gerando uma série de conflitos e lutas por poder. Foi quando surgiu a necessidade de um poder comum para regular a vida das pessoas e as regras de justiça e moralidade ditadas pela razão se tornaram mais importante que os instintos e sentimentos naturais: surgiu a política. Perceba, porém, que o Estado não surge aí como um bem, mas sim apenas para impedir um mal maior. Ideal mesmo seria que tudo permanecesse tal como antes da propriedade privada. Como, porém, isso não é possível, como o homem já se encontrava irremediavelmente corrompido pela vida em sociedade, então que haja a política.

É necessário lembrar, porém, diz Rousseau, que o contrato social não é um acordo entre senhores e escravos, mas sim um pacto político entre iguais para instaurar uma vontade geral que deverá sobrepor-se a todas as vontades particulares. Assim, é necessário diferenciar governo e soberania. Se o governo pode ser exercido por um único indivíduo ou um grupo limitado, a soberania, por sua vez, é e permanece sempre sendo do povo como um todo. Na medida em que o governo não cumpra a vontade geral, o povo tem todo o direito de substituir aquele que não está exercendo corretamente sua função. Não à toa, Rousseau era um crítico do absolutismo considerava a democracia uma forma superior de governo.

EXERCÍCIOS

1. **“A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. (...) Os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei.”**
(ROUSSEAU, J. J. *Do Contrato Social*, São Paulo, Abril Cultural, 1973, livro III, cap. XV, pp. 108-109.)

Rousseau, ao negar que a soberania possa ser representada, preconiza como regime político:

- um sistema misto de democracia semidireta, no qual atuariam mecanismos corretivos das distorções da representação política tradicional.
- a constituição de uma República, na qual os deputados teriam uma participação política limitada.
- a democracia direta ou participativa, mantida por meio de assembleias frequentes de todos os cidadãos.
- a democracia indireta, pois as leis seriam elaboradas pelos deputados distritais e aprovadas pelo povo.
- um regime comunista no qual o poder seria extinto, assim como as diferenças entre cidadão e súdito.

2. A crise do sistema público de saúde no Brasil é inegável: faltam profissionais; há filas para marcar consulta; são meses de espera para atendimento; os postos de saúde e hospitais, na maioria das vezes, estão em condições precárias de infraestrutura. Observe a crítica presente na charge e leia com atenção o trecho da reportagem que se segue.



Disponível em: http://www.humortadela.com.br/charges2/view_charges.php?num=01264. 08 fev. 2011.

Para 28,5% dos brasileiros entrevistados, os serviços do SUS são ruins ou muito ruins. Os entrevistados indicaram, a partir de alternativas predefinidas, quais os dois principais problemas do SUS. A falta de médicos foi a alternativa com maior proporção de indicações, correspondendo a 58,1% das respostas. Problemas relativos ao tempo de espera para conseguir atendimento nos postos/centros de saúde ou nos hospitais aparecem em seguida (35,4%), assim como a demora para conseguir uma consulta com especialistas (33,8%).

Uol – Notícias – acessado em 09 fev. 2011.

Será que do ponto de vista do *contrato social* essa situação é aceitável? Quando o indivíduo abdica de sua liberdade individual em favor da sociedade concretiza esse ato por meio da obediência às leis, o que inclui, por extensão, o pagamento de impostos. Espera, portanto, que os depositários do poder cumpram a lei e atendam às necessidades de cada um daqueles que compõem o soberano.

Com base nas informações anteriores e nos seus conhecimentos, responda às seguintes questões.

- Segundo o *Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau, o governo assume o poder soberano ou é apenas o depositário desse poder? Caso não cumpra sua obrigação, pode ser destituído?
- Sendo o governo apenas o depositário do poder soberano, a quem ele pertence? Qual é o direito fundamental do soberano para Rousseau?

3. O problema fundamental para o qual o contrato social, segundo Rousseau, oferece uma solução é **“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes.”**

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 32. (Coleção Os Pensadores)

A partir do texto, responda às questões que se seguem:

- a) Quais são os principais objetivos do contrato social?
- b) Proteger cada associado com a **força comum** significa que o Estado pode mobilizar forças como, por exemplo, a polícia ou o exército para defender os cidadãos. Por que, conforme Rousseau, isso é legítimo?
4. **“Aquele que faz a lei sabe, melhor do que ninguém, como deve ser ela posta em execução e interpretada.** Parece, pois, que não se poderia ter uma constituição melhor do que aquela em que o poder executivo estivesse conjugado ao legislativo. No entanto, justamente isso torna o Governo insuficiente em certos aspectos, porque as coisas que devem ser distinguidas não o são, porque o príncipe e o soberano, não sendo senão a mesma pessoa, formam por assim dizer um Governo sem Governo. Não será bom que aquele que faz as leis as execute, nem que o corpo do povo desvie sua atenção dos desígnios gerais para emprestá-la aos objetivos particulares. Nada mais perigoso que a influência dos interesses privados nos negócios públicos; o abuso da lei pelo Governo é mal menor do que a corrupção do legislador, consequência infalível dos desígnios particulares. Estando, então, o Estado alterado em sua substância, torna-se impossível qualquer reforma. Um povo que jamais abusasse do governo, também não abusaria da independência; um povo que sempre governasse bem, não teria necessidade de ser governado.”

ROUSSEAU, J. – J. *Do Contrato Social*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Ainda que para Rousseau a soberania seja indivisível e inalienável, de acordo com a citação acima, que tipo de governo o autor está sugerindo? Comente as características desse governo.

5.



O escritor e filósofo francês Voltaire foi um dos intelectuais mais importantes do Iluminismo do século XVIII. A novela *Cândido, ou o Otimismo*, conta que o jovem Cândido aprendeu com o filósofo Pangloss que o mundo em que vivemos é o melhor possível. Apesar da argumentação e das provas que Pangloss oferecia, os acontecimentos da vida prática arrastaram Cândido para uma série de desventuras e desgraças. Obrigado a se afastar de seu país, ele viajou pelos quatro cantos do mundo e pôde constatar que todos os povos também experimentavam a injustiça e a opressão, bem como o infortúnio imposto pelos cataclismos da natureza. Ao final da novela, Cândido e seus amigos decidiram seguir a filosofia de um turco que encontraram e cada um se dedicou a um trabalho para desenvolver seu próprio talento e evitar o tédio, o vício e a miséria. Apesar disso, Pangloss tentou demonstrar que, se não fossem aquelas desgraças, Cândido não estaria agora a salvo e aliviado. Mas Cândido lhe respondeu **com a frase célebre: “Tudo isto está muito bem dito, mas devemos cultivar nosso jardim”.**

Comente o duro aprendizado de Cândido e suas conclusões a respeito da vida e do mundo.

6.



“Voltaire abençoando o neto de Franklin, em nome de Deus e da Liberdade” – pintura de Pedro Américo (1889)

Durante os séculos XVI e XVII as divergências religiosas e políticas se tornaram tão extremadas que o ambiente social da Europa e de algumas colônias da América era de intolerância, perseguição, vigilância e censura. Por isso, uma das principais motivações dos filósofos iluministas do século XVIII foi combater essa mentalidade, por considerá-la a causa de muitas crueldades, da ignorância, do obscurantismo e da prepotência comuns naqueles tempos.

Comente, a propósito, o seguinte pensamento do filósofo francês Voltaire:

“O que é tolerância? É o atributo principal da humanidade. Somos todos cheios de fraquezas e de erros: perdoemo-nos reciprocamente as nossas tolices, tal é a primeira lei da natureza.”

7. Em suas andanças, Cândido toma consciência das injustiças que os seres humanos praticam uns contra os outros em todos os continentes.

Escreva sobre o *aprendizado filosófico* narrado por Voltaire em seu romance *Cândido, ou o Otimismo*.

8. **“(...) com exceção de Rousseau, o pensamento liberal do século XVIII permanece restrito aos interesses dos proprietários e portanto elitista.”**

“Embora o pensamento de Montesquieu tenha sido apropriado pelo liberalismo burguês, as suas convicções dão destaque aos interesses de sua classe e portanto o aproximam dos ideais de uma aristocracia liberal.”

(ARANHA, Marla L. de Arruda e MARTINS, Marla H. Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2003, p. 249).

Assinale o que for correto.

01) Para Rousseau, o soberano é o povo entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos, portanto o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular.

02) Montesquieu fundamenta-se na teoria política do contrato social de Rousseau para elaborar sua teoria da formação da sociedade civil e do Estado.

04) O Estado republicano, para Montesquieu, permite a melhor forma de governo, pois possibilita aos cidadãos exercer um controle eficaz sobre os governantes eleitos, limitando seu poder.

08) Na sua obra *O Espírito das Leis*, Montesquieu trata das instituições e das leis e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares.

16) Montesquieu elabora uma teoria do governo fundamentada na separação dos poderes, isto é, do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário, cada um desses três poderes deve manter sua autonomia; é dessa forma que se pretende evitar o abuso do poder dos governantes.

9. “Antes que a arte polisse nossas maneiras e ensinasse nossas paixões a falarem a linguagem apurada, nossos costumes eram rústicos, mas naturais. [...] No fundo, a natureza humana não era melhor, mas os homens encontravam sua segurança na facilidade de se perceberem reciprocamente, e essa vantagem, de cujo valor não temos mais noção, poupava-lhes muitos vícios. Atualmente, quando buscas mais sutis e um gosto mais fino reduziram a princípios a arte de agradar, reina entre nossos costumes uma uniformidade desprezível e enganosa, e parece que todos os espíritos se fundiram num mesmo molde: incessantemente a polidez impõe, o decoro ordena; incessantemente seguem-se os usos e nunca o próprio gênio. Não se ousa mais parecer tal como se é e, sob tal coerção perpétua, os homens que formam o rebanho chamado sociedade [...]”

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 336.

A partir dessa transcrição, assinale o que for correto.

- (01) As relações intersubjetivas representam uma ameaça para a vida em sociedade.
(02) O exercício das ciências e das artes colaborou para obscurecer as virtudes.
(04) O estado de natureza é rústico, mas favorável às manifestações espontâneas das emoções.
(08) O estado de vida social é coletivo, uniforme e amorfo.
(16) O estado de natureza é artificial, requintado e polido.

QUESTÃO CONTEXTO

Texto I



Texto II



Texto III



1. O filósofo iluminista Montesquieu, a fim de diminuir o poder dos monarcas absolutistas, fundamentou uma teoria que ficou conhecida como a teoria dos três poderes. A partir dos seus conhecimentos sobre essa teoria, explicita qual dos três poderes corresponde a cada uma das imagens acima expostas.

GABARITO

Exercícios

1. c - Rousseau não defende a democracia representativa por acreditar que a melhor forma de governo é uma democracia direta ou participativa, através da qual as decisões políticas relevantes serão tomadas pela própria sociedade através de frequentes assembleias
2.
 - a) O governo é apenas o depositário do poder soberano. Ao não cumprir sua obrigação o governo pode ser destituído.
 - b) O poder soberano pertence ao povo. O direito fundamental do soberano para Rousseau é o da liberdade civil, com a qual esperam ver atendidas suas necessidades e que os depositários do poder – governantes - cumpram as leis manifestas por esse soberano através do sufrágio universal.
3.
 - a) Proteger a pessoa, seus bens e sua liberdade (liberdade em um conceito amplo que cobre tanto a segurança física como o direito de autodeterminação)
 - b) Rousseau entendia que o homem, ao participar do contrato social, aceita trocar a liberdade individual total do Estado de Natureza (que traz insegurança) pela liberdade parcial do Estado Civil (que traz segurança). Além disso, o homem torna sua voz individual a voz do grupo, pois adere a este, concordando implicitamente com suas ações. Nesse sentido, as ações do Estado e mesmo as sanções que o homem "livre" poderia sofrer deste correspondem à sua própria vontade inicial, já que é contraente do pacto. Isso legitima a ação do poder comum, pois este garante o essencial ao homem em sociedade. A saber: a vida, a prosperidade e a liberdade para desfrutá-las. Temos que ressaltar, todavia, que a afirmação de Rousseau de que o homem desfruta de toda a liberdade que possuía anteriormente não deve ser entendida ao pé da letra. É um raciocínio lógico: uma vez que o homem cedeu ao Estado os direitos que possuía no Estado de Natureza, estes continuam a existir no próprio Estado. Mas a liberdade individual, que antes era total, está agora limitada pela ideia de bem comum.
4. Rousseau está sugerindo um governo que tenha a divisão de poderes. Sua fala remete a um poder que faria as leis e a um outro que as executaria. Tal discussão frutificou no período do Iluminismo francês, quando os governos absolutistas passaram a ser questionados. Esse debate alcançaria sua síntese na obra de Montesquieu, *Do espírito das leis*, que propõe a divisão dos poderes do estado em: executivo, legislativo e judiciário. A aplicação dessa divisão cria um sistema de freios e contrapesos de poder, que propicia a criação do moderno Estado democrático e de direito. Neste, democrático, a ação estatal caracteriza-se por um abster-se quanto à liberdade política e econômica individual (1ª geração de direitos) e por auxiliar no que tange as questões sociais e de desigualdades (2ª geração de direitos).
5. Seu tom romanesco, ensaístico, irônico e pleno de acontecimentos surpreendentes permite que o candidato expanda livremente suas reflexões sobre temas como sentido da vida e do mundo, o papel da razão, o valor das relações humanas e o trabalho, elemento prestigiado por Voltaire. Por outro lado, a questão faculta ao candidato discorrer justamente sobre o papel da filosofia. De fato, Voltaire retrata com **extrema mordacidade a figura do “filósofo” e expõe suas doutrinas de modo caricato, explorando o absurdo e o despropósito de suas premissas ou conclusões, concluindo a novela com o que se poderia considerar uma exaltação do senso comum ou da busca da simplicidade e da clareza de pensamento.** Desse modo, o candidato pode versar sobre as implicações da filosofia na vida prática.

6. Essa questão pretende motivar a reflexão sobre a importância da tolerância, seja para a convivência humana, seja para o desenvolvimento da filosofia, das ciências e da opinião pública em geral, seja, enfim, como faceta decisiva da liberdade humana. O candidato pode abordar o tema da tolerância no âmbito da formulação de Voltaire ou das tensões típicas da Idade Moderna, como pode também apreciar problemas contemporâneos pertinentes ao tema.
7. A questão proposta associa as experiências que Cândido vivencia em suas viagens com seu aprendizado e amadurecimento filosófico. O candidato poderá abordar algumas das seguintes vertentes:
- **Como as experiências frequentemente cruéis que Cândido sofreu o levaram a relativizar ou a abandonar as concepções dogmáticas e cristalizadas que havia adotado a partir dos ensinamentos de seu mestre, Pangloss;**
 - **A crítica mordaz de Voltaire à filosofia de Leibniz e, particularmente, ao seu procedimento de racionalização sistemática de sofrimentos e males a fim de demonstrar que tudo cumpre uma finalidade e que o saldo é o bem geral;**
 - **A opção de Cândido e seus companheiros por uma atividade produtiva, útil e independente, que, ao mesmo tempo, os afaste da insensatez e violência do mundo, conforme a expressão que se tornou célebre “cuidar de seu jardim”;**
 - **A valorização da experiência concreta em contraste com a valorização da doutrina abstrata, aspecto característico do pensamento de Voltaire e de muitos dos pensadores do Iluminismo;**
 - **A novela *Cândido, ou o Otimismo* pode ser abordada no contexto do Iluminismo;**
 - **A filosofia e o estilo de Voltaire a serviço do desmascaramento da hipocrisia humana em geral e especialmente das instituições que exercem poder opressivo baseadas em ideias mistificadoras.**
8. 01 + 08 + 16 = 25
01, 08 e 16 corretas. Para Rousseau, o corpo político é um corpo único que abre mão de vontades pessoais em busca de um estado onde todos possam viver em harmonia, onde todos tenham garantidos seus direitos e respeitem seus deveres. A partir de seus estudos em "O Espírito das Leis", Montesquieu elabora sua teoria democrática dos 3 poderes, que é adotado até hoje em países como o Brasil.
02 e 04 incorretas. Diferentemente de Rousseau, Montesquieu pretende que um número grande de homens esteja à frente do Estado, com autonomia, tal é a teoria dos 3 poderes. Isso, para Rousseau, quer dizer alto índice de corrupção e manutenção do poder de poucos (aristocracia liberal). No entanto, o que Montesquieu pretende é uma relação de forças (pois só o poder "freia" o poder) para que o Estado funcione em harmonia.
09. 02 + 04 + 08 = 14
(01) Incorreta. O autor fala das relações intersubjetivas em um contexto de estado de natureza, que precediam as regras de convívio social nas ditas sociedades desenvolvidas. Nas primeiras, essas relações intersubjetivas não eram uma ameaça, mas um meio de comunicação natural.
(16) Incorreta. Essa descrição corresponde, na visão do filósofo, às sociedades civis, e não ao estado de natureza.

Questão Contexto

Texto I – Legislativo
Texto II – Judiciário
Texto III – Executivo.